



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
“Capital Estadual da Musica Missioneira” – Lei Estadual nº.14.123/2012
“Paço Municipal Sepé Tiaraju” – Lei Municipal nº. 5.550/2015
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – SEMAD

LEI Nº 6.951, DE 30 DE JULHO DE 2025.

Acrescenta o art. 116-A à Lei Municipal nº 2.334, de 02 de agosto de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, para assegurar a redução de carga horária aos servidores que sejam mães, pais ou responsáveis por pessoas com deficiência, nos termos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

O Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei Municipal nº 2.334, de 02 de agosto de 1990, passa a vigorar acrescida do art. 116-A, com a seguinte redação:

“Art. 116-A. Fica assegurada a redução da carga horária dos servidores públicos municipais que sejam mães, pais ou responsáveis por pessoas com deficiência física, intelectual, sensorial, mental ou com Transtorno do Espectro Autista – TEA, sem prejuízo da remuneração e sem necessidade de compensação da jornada de trabalho, nos termos da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

§1º A redução da carga horária será de 30% (trinta por cento) a 50% (cinquenta por cento) da jornada regular de trabalho do servidor.

§2º A redução da jornada de trabalho poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento), limitada ao máximo de 50% (cinquenta por cento), desde que constatado, mediante avaliação técnica, que a medida é indispensável ao atendimento da pessoa com deficiência, observados cumulativamente os seguintes requisitos:

- I – comprovação de maior grau de comprometimento da pessoa com deficiência, que demande acompanhamento intensivo em razão de seus tratamentos terapêuticos;
- II – demonstração, por meio de laudo social, de que o contexto social e familiar do servidor exige sua presença constante para o adequado cuidado da pessoa com deficiência;
- III – apresentação de relatório médico que comprove a necessidade de acompanhamento contínuo e intensivo da pessoa com deficiência; e
- IV – homologação da recomendação pela junta médica oficial designada pelo Município.

§3º A concessão da redução de jornada, em qualquer percentual, depende cumulativamente de:

- I – laudo médico pericial emitido pela Perícia Médica Oficial do Município, que ateste a existência da deficiência e a necessidade de acompanhamento intensivo por parte do servidor requerente;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ GONZAGA
“Capital Estadual da Musica Missioneira” – Lei Estadual nº.14.123/2012
“Paço Municipal Sepé Tiaraju” – Lei Municipal nº. 5.550/2015
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – SEMAD

II – laudo social elaborado por assistente social designado pelo Município, contendo avaliação das condições sociais e familiares que justifiquem a necessidade da redução da carga horária.

§4º A junta médica oficial poderá, se entender necessário, requisitar ou realizar novos exames e avaliações complementares, com o objetivo de fundamentar tecnicamente sua decisão quanto à concessão ou renovação da redução da jornada.

§5º Para a concessão do benefício de que trata este artigo, o servidor deverá apresentar:

I – certidão de nascimento ou documento equivalente que comprove o vínculo com a pessoa com deficiência;

II – relatório médico circunstanciado, que ateste a deficiência e justifique a necessidade de acompanhamento intensivo;

III - relação de todas as terapias realizadas pela pessoa com deficiência, acompanhada de comprovação documental;

IV – declaração de responsabilidade, firmada pelo servidor, atestando que é o responsável direto pelo cuidado da pessoa com deficiência.

§6º Quando ambos os genitores, tutores, curadores ou responsáveis forem servidores públicos municipais, o direito à redução de carga horária será concedido a apenas um deles.

§7º A concessão da redução de jornada, independentemente do percentual concedido, deverá ser renovada anualmente, mediante reapresentação do relatório médico circunstanciado, nova avaliação social e aprovação da junta médica oficial, podendo ainda ser revista a qualquer tempo pela Administração, caso verificada a alteração das circunstâncias que fundamentaram o benefício.

§8º A fruição da redução de carga horária não implicará qualquer prejuízo à remuneração, aos direitos trabalhistas ou aos demais benefícios do servidor.

§9º A aplicação do disposto neste artigo não poderá comprometer a continuidade das atividades institucionais, devendo a Administração Pública adotar as medidas necessárias para garantir a organização e eficiência do serviço público. ”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de julho de 2025.

JOSÉ ANTONIO FLACH WERLE
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

LEONARDO ANTUNES PINTO
Secretário Municipal de Administração